

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: As Dimensões Políticas da Psicologia - 24 a 27 de
Outubro de 2016

Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

**REFLEXÕES SOBRE A MANUTENÇÃO DE IDEOLOGIAS DE
BRANQUEAMENTO E DO RACISMO BRASILEIRO**

Naiara Valdelaine Balduino, (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil); Mônica Salci Capelasso (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil).

contato: naiara-101@hotmail.com
monicapelasso@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica em andamento que visa contribuir com algumas reflexões acerca produção e manutenção do preconceito e discriminação racial que oprime e violenta a população negra no Brasil, além de propor algumas alternativas de políticas afirmativas como forma de resistência a esta realidade. Ao logo do texto foi realizada uma breve retomada histórica do processo social brasileiro que resultou na dicotomia simbólica, concreta/espacial entre brancos e negros no país. Como arcabouço teórico, utilizamos a Psicanálise freudiana a Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer a fim de articular categorias psicossociais e a partir delas manter uma crítica permanente ao estado falso das coisas e aos discursos totalizantes e violentadores do sujeito humano.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo no Brasil. Ideologias do branqueamento. Desigualdade social.

A manutenção da desigualdade social e os efeitos e mecanismos de reprodução do racismo continuam impactando de modo significativo e perverso a sociedade brasileira. Caminhamos da violência física à simbólica, do descaso à segregação, das sobras à fome, da cor da pele à exclusão. Trazemos no corpo e na história as contradições e as mazelas da escravidão no Brasil. Essas infelizmente continuam se disseminando, criando raízes e também transformando-se a ponto de funcionarem como meio eficiente de segregação e discriminação social e racial no país, sendo disfarçadas socialmente pelo mito da democracia racial.

A visibilidade estatística das desigualdades sociais e raciais, tem se consolidado como aliada ao movimento de luta e no reconhecimento da população pobre e negra do país, ao mesmo tempo em que permite o acompanhamento e a organização de uma sociedade com mais oportunidades para esta população. Esses indicadores sociais ainda

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

reproduzem uma sociedade que, por muito tempo, negligenciou a maior parte de sua população - negros e pobres - em detrimento de interesses dominantes e ainda desconsidera o racismo como estruturante das desigualdades sociais brasileiras.

Pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a desigualdade racial demonstram que os negros representam a maioria da população pobre no Brasil. Ou seja, representam “63,63% do total da população pobre, enquanto os brancos são 35,95%” (IPEA, 2014, p.25). Outros dados da pesquisa revelam que a população negra no Brasil têm rendimentos menores do que a branca em todas as situações que envolvem rendimentos arrecadados via ocupação ou seguridade social.

Em 2012, por exemplo, o valor obtido pelos negros “nunca foi superior a 62,9% do que é pago aos brancos” (IPEA, 2014, p.26), como é o caso dos que têm rendimentos provenientes de uma única ocupação. Nas demais situações, a razão entre os rendimentos “é ainda menor, sendo mais desfavorável aos negros (37,7%) quando recebem rendimentos somados da seguridade e da ocupação” (IPEA, 2014, p.26).

Ao longo dos anos, especialmente entre 2001 e 2012, os dados do IPEA revelam uma melhora geral nos rendimentos da população brasileira, inclusive com maior avanço na renda dos negros, mas que, no entanto, é insuficiente para eliminar as desigualdades sociais.

Sem dúvida, vivemos novos tempos, onde ações afirmativas, o enfrentamento ao racismo e a desigualdade, e importantes conquistas sociais remetem aos desafios ainda persistentes e ao mesmo tempo revelam a necessidade de um movimento contínuo de luta em favor dos direitos humanos da população pobre e negra do Brasil.

Os últimos anos têm sido marcados por um movimento significativo, contudo longe do ideal, de responsabilização do Estado quando este passou a incorporar, na agenda governamental, demandas e debates que há muito tempo eram tratados especificamente pelos movimentos sociais do país. Por outro lado, os fatos atuais de preconceito e discriminação racial, em que indivíduos brancos proferem palavras de ódio e ofensas aos negros em lugares ditos públicos como rede sociais, estádios de futebol, em shoppings centers e etc, revelam a necessidade de maiores discussões sobre temas como a violência, preconceito, discriminação racial e direitos humanos no país.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Nos propomos neste trabalho iniciar e incitar algumas discussões e reflexões sobre tais problemáticas e com isso contribuir com o desvelamento de ideologias do branqueamento que colocam o branco como superior ao negro, conferindo-lhe o direito legitimado pelo *status quo* social de subordinar, segregar, agredir e ofender a população negra como se ela fosse inferior ou ainda que não pertencesse ao gênero humano.

Para tanto, realizaremos nesta pesquisa bibliográfica um recorte histórico do contexto brasileiro no que concerne a exclusão e marginalização da população pobre e negra, com vistas a compreender e discutir sobre a produção, disseminação e manutenção da violência, do medo, da discriminação social e racial e de segregação espacial dessa população no Brasil. Além disso, algumas considerações serão realizadas sobre os mecanismos psíquicos do indivíduo branco que poderiam estar contribuindo com a manutenção de preconceitos, estereótipos e discriminação dos pobres e negros brasileiros. Utilizaremos ainda dos referenciais teóricos da Psicanálise freudiana e da Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer a fim de articular categorias psicossociais e a partir delas manter uma crítica permanente ao estado falso das coisas e aos discursos totalizantes e violentadores da vida humana.

Nossas reflexões partem da seguinte questão levantada por Cecília Coimbra (s.d): “Que outros ‘rostos’, que outras ‘fisionomias’, o medo e a insegurança passam a adquirir nos dias de hoje?” (p.05). A que custo tem se produzido essas ‘fisionomias’ que forçosamente são ligadas aos crimes, à violência e ao medo contemporâneo?

Para Caldeira (2000), a violência e o medo “combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (p.09). Desta maneira, em diversas cidades do país e do mundo, a elite burguesa – detentora exímia do Capital –, “têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas *tecnologias de exclusão social* quanto sua retirada dos bairros tradicionais” (p.09 – grifos meus). Além disso, essa mesma elite tem contribuído para a produção massiva dessas fisionomias que reforçam o sentimento de medo e de insegurança tão presente nos dias atuais.

Essa situação persiste, conforme Caldeira (2000), pois as classes mais altas, sentem-se ameaçadas com a ordem social vigente que tem constituído essas cidades modernas, isto é:

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Diante da fome, do desemprego, dos esgotos a céu aberto, da ocupação de ruas e viadutos por famílias cada vez mais numerosas, do analfabetismo, da prostituição infantil, de crianças que nos provocam terror, o medo e a insegurança passam a ser “uma forma de interpretar o mundo”. É com esses sentimentos que passamos a perceber o que nos cerca e nos agride os “olhos, ouvidos e narizes”. A linguagem, as atitudes, comportamentos e sentimentos violentos nos envolvem cotidianamente. Vivemos numa cultura do medo, da insegurança, da paranóia (COIMBRA, s.d., p.07).

Sob o escopo destas ‘ameaças sociais’ tentamos evitar e ignorar esta realidade tão violenta e desumana que persiste em se instalar na maioria das cidades do mundo. Para isso, “nos fechamos em nossas ruas particulares, condomínios, casas, apartamentos e imaginamos que não há fome, miséria, indignação, marginalizados” (COIMBRA, s.d., p.07). Aderimos rapidamente à ‘política da indiferença’ (ibidem, p.07) e nos fechamos em nosso eu e no seio de nossa família, já que:

O mundo, seus problemas não nos dizem respeito. Esta “indiferença”, um dos efeitos do medo e da insegurança, faz com que aplaudamos os “exterminadores” e todos aqueles que se ocupam da “limpeza social” necessária às nossas cidades. Tornamo-nos cúmplices pela nossa omissão e pela “lei do silêncio” que ajudamos a construir/fortalecer (COIMBRA, s.d., p.07).

Esse imaginário perpassado pela indiferença, atinge principalmente a elite dominante que usufrui de seus privilégios econômicos e empreende fuga – dessa ‘triste’ realidade social – quando passa a construir “enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo” (CALDEIRA, 2000, p.09), com vistas a minimizar os efeitos sociais produzidos pelas classes mais pobres – tidos pela elite, como representantes e propulsores da violência e da miséria na sociedade capitalista.

Neste sentido, a retirada das classes mais altas para esses ‘enclaves’, passa a ser legitimada com a disseminação de discursos de periculosidade – sobre esses indivíduos pobres, negros e temidos, e portanto, objetos de medo – que são potencializados sob diferentes referências. Frequentemente, estes discursos dizem respeito ao crime e, sobretudo, ao crime violento. Além disso, são incorporados a estes discursos “preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados” (p.09).

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Caldeira (2000), assinala ainda que a disseminação desses discursos do medo e a propagação de práticas segregacionistas correspondem à outros processos de transformação social mundial referentes às mudanças democráticas na América Latina, ao movimento de pós-*apartheid* no continente africano, mais especificamente, na África do Sul, ao pós-socialismo consolidado no leste europeu, além de algumas “transformações étnicas decorrentes da intensa imigração nos Estados Unidos” (CALDEIRA, 2000, p.09).

Em nosso país, já não vivemos o terror da Ditadura Civil Militar que efetivava perseguições que culminavam na morte daqueles ditos opositores ao regime político da época. Contudo, ainda se sofre com as perseguições, com o silenciamento e com a produção de “seres diferentes” (COIMBRA, s.d., p.06). Ou seja, neste período histórico com a implementação da Doutrina de Segurança Nacional passou-se a tecer outro ‘rostro’ que pudesse expressar o medo e a violência social no país. Não mais aquele referente ao comunismo e ligado aos opositores políticos denominados de ‘subversivos’ e ‘agitadores’.

O que se observa nos dias de hoje, é que esse ‘rostro’ passou a se constituir na figura da população pobre, negra e marginalizada das grandes cidades, isto é, foi sob as bases do capitalismo globalizado e dos ideais neoliberais vigentes na atualidade, que se produziu os novos inimigos políticos diretamente ligados aos segmentos mais pauperizados da sociedade, dos quais “os ‘mantenedores da ordem’ consideram ‘suspeitos’, ‘perigosos’ e que devem, portanto, não somente ser evitados, mas eliminados” (COIMBRA, s.d., p.06).

Conforme Coimbra (s.d.), desde a década de 90, o medo e a insegurança foram sendo produzidos e vinculados à determinados espaços públicos, como por exemplo, as favelas e as periferias, bem como foi sendo atribuído um caráter de *malignidade* aos mais pobres e miseráveis. À isso a autora acrescenta dizendo que:

Sob novas fisionomias e utilizando algumas das estratégias dos anos 60/70, as políticas de segurança pública hoje na América Latina, fortalecem processos onde “juizes” e “autores” são pessoas necessárias à “limpeza” do corpo social “enfermo”; é o que ocorre com os grupos de extermínio. Para esses “enfermos” - percebidos como perigosos e ameaçadores - são forjadas identidades (como se todos os pobres fossem iguais), onde suas formas de sentir, viver e agir são tornadas homogêneas, percebidas como inferiores e por isto,

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

desqualificadas. São, por exemplo, crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão se tornar marginais - porque pobres - que devem ser exterminados (COIMBRA, s.d., p.06).

Essa situação, segundo Caldeira (2000), tende a acentuar certos preconceitos, consolidar e disseminar certas ideias, de que por exemplo, a violência se restringe apenas a uma parcela da população, ignorando o fato de que esta atravessa todas as camadas sociais, bem como tal suposição torna as diferenças de classe muito mais agudas e excludentes.

De fato, a grande exigência nos dias atuais é se ter “cidades limpas, assépticas, onde a miséria - já que não pode ser mais escondida e/ou administrada - deve ser eliminada” (COIMBRA, s.d, p.06). Deste modo, a supressão/eliminação dos indivíduos caracterizados como marginais, tem se dado na contemporaneidade pela segregação, quando não, pelo extermínio daqueles que passam a ‘incomodar’ os sentidos (visão, audição e olfato) da elite brasileira.

Neste sentido, Coimbra (s.d.) assinala que “em cima de tais subjetividades, aplaudem-se os extermínios, as chacinas, os linchamentos” (p.06), além disso institui-se o confinamento por punição (detenção em presídios; internamento nas instituições socioeducativas) ou ainda “a pena de morte para as parcelas mais empobrecidas de nossa população” (p.06). Tudo isso, com a anuência das elites e da classe média de nosso país, tidas como exímias detentoras do capital e das palavras de ordem a serem cumpridas.

De fato, estas ideias de isolamento e/ou extermínio da população pobre/perigosa, tão quistas pela elite burguesa brasileira, passaram a ser habilidosamente produzidas, fortalecidas e disseminadas pelos meios de comunicação de massa à sociedade em geral. Estes meios, portanto, continuam justificando a desumanização dos indivíduos e fortalecendo as desigualdades produzidas com sistema de classes.

Evidentemente em nossa época, a *mídia* tem se apresentado como um dos mais importantes e eficazes aparelhos de informação, dominação e formulação de ideias e pré-conceitos sobre os mais amplos aspectos da vida humana em sociedade. Isso tem caracterizado, portanto, o modo como os indivíduos contemporâneos passaram a interpretar e a conceber o mundo por meio das imposições e disseminações massivas das mídias em geral.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Segundo Coimbra (s.d.), durante o golpe de 1964 no Brasil, principalmente na década de 70, – momento histórico veemente marcado por muita violência, arbitrariedades e terror –, foi possível constatar uma promoção significativa dos meios de comunicação de massa neste período, principalmente:

(...) o desenvolvimento das telecomunicações - exigência clara nos planos para se aperfeiçoar e expandir a tão decantada Defesa Nacional - permitiu que de norte a sul, programas pudessem ser vistos e ouvidos pelos mais diferentes segmentos de nossa sociedade. Esses meios de comunicação são extremamente centralizados e controlados por uns poucos. Muniz Sodré afirma que a imprensa escrita e a radiodifusão são setores extremamente familiares, pois apenas “(...) *nove clãs controlam mais de 90% de toda a comunicação social brasileira*”.

Seria importante levantar de quanto têm sido os gastos com publicidade feitos pelos governos federal, estaduais e municipais e os gastos em educação e saúde públicas. Sem dúvida, não estaríamos muito distante dos países ricos que hoje gastam duas vezes mais com publicidade do que com educação pública (COIMBRA, s.d., p.06).

A mídia nos dias de hoje tem utilizado recursos espetaculares e dramáticos, a fim de produzir identidades e certos binarismos que normalmente se ligam à discursos padronizados e determinados, seja por afinidades e/ou aversões, ou ainda em afirmativas favoráveis e/ou contra certos dilemas sociais. Trabalha-se, portanto, “com dois valores: o bom e o mal e, na medida em que isto prevalece, fica-se privado do ‘discurso matizado e argumentativo’ (COIMBRA, s.d., p.06).

Tal fato, tende a empobrecer os acontecimentos, anular as multiplicidades e diferenças e, impor “uma forma maniqueísta e dicotômica de pensar, sentir e agir” (ibidem, p.07). Desta maneira, para Coimbra (s.d.), seria pela “produção e circulação de signos, imagens, subjetividades e ‘pelo recalçamento de certas realidades’” (p.07) que:

(...) os meios de comunicação de massa “simulam padrões consensuais de conduta”, produzindo existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões, sadios e enfermos, os acima de qualquer suspeita e os suspeitos, perigosos e infames. “*Aqueles que são considerados suspeitos, quando não estão tomando conta dos nossos filhos, limpando nossas casas, entrando pelo elevador de serviço*”. Ou seja, somos levados a desprezar, a estigmatizar, a discriminar os pobres, como se estas pessoas “não fossem gente” (COIMBRA, s.d., p.07).

Ao longo da história, vemos que a vida dos negros e pobres do país foram sendo padronizadas e estigmatizadas a partir de uma ideologia dominante que os

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

desumanizam e negam sua alteridade e cultura. Os binarismos reforçam essa desumanização e passam a categorizar os modos de vida e de subjetivação dessa população, que é identificada como perigosa e violenta e, portanto, 'merece' ser segregada, excluída e a ela negligenciada qualquer tipo de responsabilização coletiva. Ou seja, pobres e negros foram colocados muitas vezes no Brasil em categorias 'não-humanas' e indignas de reconhecimento e preocupação política-social.

Não é raro discursos de brancos que se eximem da responsabilidade de pensar sobre a desigualdade racial no Brasil, isso quando não a desconsideram. Isso porque, a primeira vista, há uma ideologia no imaginário da população brasileira que o branco nada tem que ver com a desigualdade que coloca o negro como escória social, mais especificamente, ela não considera suas implicações nas amplas diferenças concretas e simbólicas existentes entre esses dois grupos. Conforme Bento (2014), existe "um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais do Brasil" (p.26).

Na contramão desta compreensão, a branquitude - aqui considerada como "traços de identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre o branqueamento"(BENTO, 2014, p.25) -, prioriza enxergar o branco como agente do preconceito e da discriminação racial, e não apenas como indivíduos passivos que atribuem ao negro a condição de aspirar a branquitude.

Schucman (2014) referenciando Fanon (1980), aponta que a identidade racial do branco é constituída por um sentimento de superioridade e tem suas origens no período do Brasil colonial, uma vez que a estrutura presente da época, de colonizadores e colonizados, produziu também assimetria nas subjetividades de ambos.

Em contraponto, o negro brasileiro passou a introjetar a "ideologia do branqueamento" e, como autodefesa, tentou negar todos os elementos representativos que não fossem próprios da cultura branca, porque estes adquiriram uma conotação pejorativa diante da "prática racista que se encontra inscrita na estrutura social, econômica, histórica e cultural das sociedades ocidentais" (FANON apud SCHUCMAN, 2014, p.51).

Ao avaliar que essa prática que subjuga o negro foi produto das grandes navegações européias, séculos XV e XVI, em busca de conquistas territoriais pela

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

corrida expansionista necessária em um sistema mercantilista; a dominação branca sobre a negra não foi exclusividade das terras brasileiras.

No entanto, de acordo com Schuman (2014), o legado histórico desse processo que atribui ao branco posições concretas e simbólicas privilegiadas ganha uma peculiaridade no Brasil. Ser considerado branco neste país está relacionado estritamente ao *status*, ao fenótipo e a aparência física, independente da genética e da origem étnica. Diferentemente de outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos que associa o *status* de branco somente a origem étnica e a genética; e a África do Sul, que considera apenas o fenótipo e a origem.

Tal especificidade brasileira que categoriza o branco ao fenótipo, advém, segundo Carone (2005), de teorias racistas denominadas de "ideologia do branqueamento", consolidadas no Segundo Império e na Primeira República. Pautadas na "terrível" miscigenação encontrada no país da época, a ideia era intensificar a mistura entre as raças para que as características físicas do branco suplantassem as negras. Essa suposição, ganhou terreno fértil para uma possível mudança qualitativa do nível intelectual e moral da população brasileira futura.

O recurso para efetivar o branqueamento na população, tendo em vista que a realidade da época evidenciava um Brasil que durante três séculos traficou 4 milhões de negros africanos para suas terras, foi promover a emigração de um número equivalente de Europeus em um curto período de 30 anos, para que o país não corresse o risco de ter o negro como referência de sua população (BENTO, 2014, p.32).

Nesse sentido, ao se voltar para a história brasileira contemplando as questões raciais, se observa uma supremacia branca que subjuga o negro e o deixa a mercê de um ideal branco até os dias de hoje. Basta notar que os lugares socialmente privilegiados - *shoppings*, universidades, cargos empresariais - são ocupados predominantemente por brancos.

Todavia, por mais que o racismo brasileiro tenha bases seculares, há uma incongruência dessa realidade devido a discursos de que ela é inexistente e, com isso, há uma adesão da população a essa ideologia. Isto é, o preconceito e a discriminação racial são entendidos como algo distante e, portanto, sem importância.

Sobre isso, Bento (2014), aponta que para mascarar a atribuição de elementos pejorativos aos negros e fortalecer o mito da democracia racial - à medida em que o

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

branco não assume sua condição de privilégios -, a elite branca se apropriou de discursos como os de Gilberto Freyre, que usa a própria política de miscigenação para disseminar uma ideia contrária de sua real intenção. Esta política evidentemente racista que tinha como intuito branquear a população, foi usada ideologicamente como sinal de aproximação e diluição de conflitos entre brancos e negros no país.

A respeito desse engodo da miscigenação que isenta os indivíduos do preconceito, Chauí (2013), aponta para uma "(...) representação homogênea que os brasileiros possuem de si mesmos" (p.7), fornecedor de um caráter unitário e identitário, cujo intuito é o de resolver ilusoriamente uma tensão real. Assim, se torna possível coexistir discursos de que negros são vagabundos e incompetentes ao lado de um orgulhoso sentimento de ser brasileiro, povo que possui uma rica e invejada mistura de raças.

Diante desta possível coexistência de discursos que se contradizem, Freud (1921/2014), faz algumas conjecturas da desnecessária argumentação lógica quando há um movimento de massa no qual o indivíduo é assujeitado a um inconsciente coletivo. Isto é, as particularidades dos indivíduos se diluem para ele adentrar em um movimento massificado que se caracteriza fundamentalmente por ser onipotente, crédulo, altamente influenciável e acrítico. Nas palavras de Freud:

Inclinada a todos os extremos, a massa também é excitada apenas por estímulo desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa (FREUD, 1921/2014, p.27).

No momento histórico no qual Freud (2014) escreveu tais suposições, a subjetividade dos indivíduos era constituída por um forte caráter moral devido às exigências de uma sociedade disciplinar embasada em fortes instituições. Inclusive como referência a massa, Freud (2014) em seu texto intitulado "*Psicologia das massas e análise do eu*" escrito em 1921, citou a igreja e o exército como instituições altamente repressoras e punitivas.

Atualmente, tais instituições ainda possuem um significativo espaço na sociedade, porém deixaram de ter a considerável representatividade que influía na constituição das subjetividades dos indivíduos. O regulador central das relações sociais

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

contemporâneas, segundo Caniato (2013), "é a mídia que tem o profundo poder de penetração nas diferentes camadas da sociedade" (p.27).

Conforme a autora, é a indústria cultural que ministra os meios de comunicação para disseminar as ideologias, "expressão privilegiada da violência simbólica"(p.27), e carregada de uma construção lógica que não condiz com a realidade. Essas ideologias quando internalizadas pelo indivíduo, se expressam como se fossem intrínsecas a ele, pois esse conteúdo se fixa no inconsciente, responsável pela constituição dos sistemas ideológicos de cada indivíduo. Sobre esse inconsciente que é cooptado pela indústria cultural, Carone (1991) apud Caniato(2009), constata que:

(...) as ideologias são determinadas societariamente, mas os sistemas ideológicos do sujeito (opiniões, atitudes e valores) são organizados por motivações irracionais, cuja organização, por sua vez, são estruturas psíquicas, mais ou menos estáveis. Uma coisa é a ideologia enquanto fenômeno social e outra, a sua internalização fixada na estrutura de personalidade do sujeito. As ditas 'opções ideológicas' do sujeito têm razões que a própria razão desconhece (CARONE, 1991, p.115 apud CANIATO 2009, p.169).

Tendo em vista que a indústria cultural ataca o inconsciente com mentiras manifestas, o indivíduo, segundo Caniato (2013), se encontra a mercê de uma violência, que por ser simbólica, sequer compreende que está sendo atacado. Assim, sem conseguir identificar a origem da agressão para, enquanto autodefesa, atacá-la, o próprio ego se torna alvo dessa agressividade, resultando em uma subjetividade demarcada por traços sadomasoquistas.

Como consequência, o indivíduo se torna indiferente ao próprio sofrimento e ao sofrimento do outro, expressando a violência internalizada por meio de auto ataques, sobretudo no sentimento de culpabilidade. Outra possibilidade de dar vazão a essa agressividade, é projetá-la no outro, uma vez que "aquele que é duro contra si mesmo adquire o direito de sê-lo contra os demais e se vinga da dor que não teve a liberdade de demonstrar, que precisou reprimir"(ADORNO,1986c, p.39 apud CANIATO, 2013, p.127).

Nesse sentido, o branco que não tem consciência da origem da violência simbólica que foi reprimida, e inserido em uma sociedade que via mídia legítima "práticas repressoras, violentadoras e cruéis, fundamentadas na estigmatização,

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

estereotipação (CANIATO, 2013, p.127), tende a reproduzir e validar o racismo que perdura séculos.

Ao perpetuar ideologias preconceituosas contra o negro, o branco sem necessariamente se dar conta desta atuação devido a possibilidade da ausência de argumentação lógica presente em um movimento de massa, tende a se sentir pertencente ao seu grupo racial por meio de uma identificação que viabiliza a padronização entre os indivíduos, pois suas capacidades reflexivas são enfraquecidas adjunto a perda de autonomia. Isso porque, os meios midiáticos tendem substituir as relações interpessoais, que é a única capaz de proporcionar amparo e fortalecer as capacidades egoicas dos indivíduos, em razão das demandas do consumo que exigem um maior controle social. Adorno e Horkheimer (1944/1985), exemplificam a homogeneização familiar decorrentes do isolamento:

Quando se encontram, aos domingos ou viajando, em hotéis onde as acomodações e os cardápios são idênticos em cada faixa de preços, os hóspedes descobrem que se tornaram, com o isolamento, cada vez mais semelhantes. A comunicação cuida da assimilação dos homens (ADORNO&HORKHEIMER, 1944, p.207)

Destarte, seguindo as evidências, a indústria cultural seria o novo regulador das relações sociais contemporâneas que superou as instituições nas quais Freud (1921/2014) se referia, visto que discursos habitualmente proferidos por brasileiros sobre a inexistência do racismo juntamente com falas e atos discriminatórios contra o negro - conforme exposto por Chauí (2013), demonstram algumas fragilidades quanto à construção de uma consciência crítica consistente, que permita os indivíduos refletirem sobre si e sobre os outros, de modo a avaliarem as contradições sociais e assim, não aderirem como presas fáceis a movimentos de massas contemporâneos que reproduzem a violência e a opressão vigente e a direcionam a certas minorias do país. O que poderíamos fazer ante essas circunstâncias atuais de violência, discriminação e preconceito para com a população pobre e negra?

Longe de serem definitivas e totalizantes, a nossa resposta consiste na luta pelos direitos humanos, ainda que desgastante e insuficiente frente à realidade social, é apresentada como um movimento contra-hegemônico que se dedica em assegurar e emancipar a vida humana. A resistência contra o preconceito e discriminação racial pode partir de discussões micropolíticas que vise a responsabilização coletiva e a

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

militância para exigir a ampliação das ações afirmativas que ganharam destaque durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Não compactuar com as ideologias vigentes que tendem a segregar e criminalizar a população negra muitas vezes não é uma tarefa fácil, mas é a partir deste agir o esforço para diminuir as desigualdades sociais e raciais que é possível vislumbrar, mesmo insuficientemente, a reparação da violência na qual essa população foi submetida historicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o racismo no Brasil exige situar-nos ante o processo histórico da escravidão no país, bem como reavaliar as narrativas históricas pautadas na subordinação econômica, material, cultural e simbólica do negro brasileiro. De tudo isso, resultam consequências e implicações políticas e sociais que ainda hoje tentamos ressignificar simbólica e materialmente.

Houveram melhorias na condição de vida da população em geral no país, contudo estas não se apresentam necessariamente acompanhadas de significativa redução das desigualdades entre negros e brancos no Brasil.

É inegável a necessidade de se enfrentar o racismo institucional que ainda hoje caracteriza nosso país. Este enfrentamento implica no desenvolvimento constante de políticas de ações afirmativas para a população pobre e negra e assim, complementar às políticas universais; de modo a garantir uma melhoria na situação social da população em geral diretamente vinculada à redução das desigualdades raciais.

Além disso, se faz importante que as políticas universais integrem, em seus planos de ação, a formulação e definição do público prioritário, da elaboração de estratégias, monitoramento e avaliação das políticas e programas públicos. Deste modo, almeja-se políticas públicas inovadoras e a constituição de novos arranjos institucionais que deem conta da construção de uma sociedade mais justa.

Ademais, há de se considerar que a manutenção e disseminação intensa de “ideologias do branqueamento”, de comportamentos fascistas e autoritários frente a população pobre e negra do país e os raros estudos sobre a constituição psíquica do branco no campo da psicanálise, revelam a necessidade dessa pesquisa, a fim de

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

contribuir com o desvelamento destas “ideologias do branqueamento” que mantêm as desigualdades sociais e raciais no Brasil. Acreditamos, portanto, ser importante a ampliação dessas discussões com toda população brasileira, a fim de construir uma responsabilização coletiva e relações sociais mais sensíveis e igualitárias entre os povos do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. In: *Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro-RJ, 1985.

ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, 1985.

CALDEIRA, T.P.R. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. Disponível em: <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Enclaves_fortificados_segregacao-urbana.pdf> Acesso em: 18 fev. 2014.

CANIATO, A.M.P.; RODRIGUES, S.M.; CESNIK, C.C. *A Captura da Subjetividade pela Violência Simbólica da Indústria Cultural*. In: *Psicanálise, Teoria Crítica e Cultura*. Maringá: Eduem, 2013.

CANIATO, A.M.P. *Os (Des)Caminhos na Psicanálise*. In: *A Construção do Sujeito e a Historicidade*. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

CARONE, Y.; BENTO, M.A.S. *Psicologia Social do Racismo - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CARONE, Y. *Preconceito e discriminação racial*. Texto apresentado em palestra da UFRGS, em 09 de dezembro de 2005, sem a bibliografia consultada. Direitos da publicação da referida Universidade.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M.L. *Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?* Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto23.pdf> Acesso em: 25 mar. 2014.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

COIMBRA, C. M. B. *Produção do Medo e da Insegurança*. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%20ADlia%20Coimbra/texto64.pdf> Acesso em: 12 set. 2014.

FREUD, S. *Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros trabalhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IPEA (2014). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>> Acesso: 13 out. 2016.

RODRIGUES, S. M.; CANIATO, A.M.P. *Subjetividade e indústria cultural: uma leitura psicanalítica da cumplicidade dos indivíduos com a lógica da mercadoria*. Disponível em: <Downloads/Subjetividade%20e%20Ind%20%C3%BAstria%20Cultural_Samara%20M%20Rodrigues%20e%20Angela%20M%20P%20Caniato-3.pdf> Acesso em: 20 set. 2015.

SCHUMAN, L.V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo - branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.